



SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
XXVIII SIC

paz no plural



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2016
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Discriminação Institucional
<b>Autor</b>	MATHEUS ORSOLIN
<b>Orientador</b>	ROGER RAUPP RIOS

## Discriminação Institucional

Matheus Orsolin [matheusorsolin@hotmail.com](mailto:matheusorsolin@hotmail.com) (UNIRITTER/Canoas. Aluno Bolsista FAPERGS – Projeto Antidiscriminação, Igualdade e Diferença).

Prof Orientador: Dr. Roger Raupp Rios

Centro Universitário Ritter dos Reis – UNIRITTER

O presente trabalho tem o propósito compreender o fenômeno social da discriminação institucional e seu impacto no ordenamento jurídico brasileiro. A manifestação desta forma de discriminação engloba práticas, costumes e normas produzidas e reiteradas pelos grupos e instituições. Nestes casos, a motivação e objetivo podem ou não coincidir com a vontade e perspectiva individual dos seus membros, porém com frequência tomam a forma da normalidade dentro do contexto social, o que acaba perpetuando a lógica da discriminação em desfavor de grupos historicamente subordinados, marginalizados. Em sendo assim, à luz de conceitos prévios trazidos pelo direito da antidiscriminação, examinaremos as formas pelas quais a dinâmica da discriminação institucional opera e se instaura na sociedade, o que poderá ocorrer das formas diretas e indiretas. Isso será feito através do olhar crítico à legislação brasileira, além de tratados internacionais em que o Brasil é signatário. Examinaremos como tais práticas são estruturadas, desenvolvidas e mantidas historicamente, os impactos sociais que acarretam na medida em que reproduzem e reafirmam condições de *iniquidade* entre grupos, e também sua repercussão no universo do direito. Uma vez que a discriminação é fato reprovado pelo direito, são exigidas respostas jurídicas a fim de combater os fenômenos discriminatórios, portanto indicaremos possíveis e adequadas soluções jurídicas para a discriminação institucional, tais como as indenizações nos casos de reparação de danos coletivos, bem como a aplicação de ações afirmativas com a finalidade de promover a igualdade para além de um mero direito formal, sendo materialmente eficaz aos indivíduos e grupos em desvantagem. O método de pesquisa utilizado é a revisão bibliográfica.